

SUSTENTABILIDADE INDUSTRIAL



Marco legal de acesso ao patrimônio genético

O Brasil é um dos 17 países megadiversos, detentor de aproximadamente 13% do total de espécies do planeta. O potencial econômico deste patrimônio é difícil de ser estimado, pois envolve diversos segmentos industriais como fármacos, químicos, cosméticos, saneantes e agrícolas.

O aumento de pesquisas na área biológica e o crescimento de investimentos no setor dependem fundamentalmente da modernização do marco regulatório de acesso aos recursos genéticos. O novo marco legal, sancionado pela Presidente em 20 de maio de 2015, reflete a visão da indústria brasileira em busca da sua consolidação no mercado mundial da bioeconomia, indústria que movimenta por ano 300 bilhões de Euros, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A nova lei atendeu aos principais pleitos da CNI: desburocratização do acesso à biodiversidade, regras claras para a repartição de benefícios oriundos do seu uso e ambiente favorável para a regularização das atividades.

A CNI acredita que a regulamentação da lei deve ser rápida para que a indústria e a população obtenham resultados com o fomento do uso da biodiversidade, que virá através do crescimento da bioeconomia, da oferta de produtos revolucionários no mercado e a justa distribuição dos benefícios pelo uso do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados. Diante das oportunidades oferecidas pela exploração dos recursos da biodiversidade, o primeiro passo para que o Brasil possa se concretizar como um dos líderes mundiais em biotecnologia é a adequação imediata da legislação atual, repleta de obstáculos que embaraçam o desenvolvimento do setor. A aprovação dessa

lei é um marco para as pesquisas e para o desenvolvimento de produtos com base no uso sustentável da biodiversidade no Brasil.

Ilustração: www.carnaubadobrasil.com

Editorial

Alguns pesquisadores observam que, no futuro, as guerras serão deflagradas pela escassez de recursos naturais e o acesso geoeconômico a fontes de energia. Parece uma previsão bastante apocalíptica, mas o que testemunhamos na disputa pelo fornecimento e transporte de gás natural na Ucrânia é um fato. Deste lado do Hemisfério Sul, as crises hídrica e energética, que dominam as manchetes da mídia brasileira, já preocupam gestores, economistas, políticos e empresários. Os desafios da indústria brasileira, que nos últimos anos gravitaram em torno da competitividade e inovação tecnológica, estão diversificando-se e trazendo para o debate os aspectos ambientais. No ano da COP 21, que alimenta as maiores expectativas de negociações internacionais após o Protocolo de Kyoto, ratificado em 2005, nos deparamos com o exercício de repensarmos soluções sustentáveis para os desafios a longo prazo. Nesse contexto, a CNI formou o grupo de trabalho (GT CLIMA), que elaborou um documento contendo as propostas da indústria brasileira, contribuindo com o governo federal para as negociações internacionais na COP21 (Paris, 30/11 a 11/12/2015). O documento final já foi entreque pela CNI ao Itamaraty. Paralelamente, em setembro haverá a 4ª edição do CNI Sustentabilidade, com foco em Mudanças Climáticas. O evento internacional, que consagrou-se como uma iniciativa única para o questionamento do futuro da sustentabilidade, promete instigar, ampliar e incrementar mais debates. Finalmente, reconhecemos os esforços dos conselhos de meio ambiente das federações de indústria pelo empenho em divulgar os conhecimentos e as práticas sustentáveis na indústria brasileira. Este número lança uma nova seção, Pegadas Sustentáveis, onde reportamos algumas dessas iniciativas do SI pelo Brasil.

Shelley de Souza Carneiro Gerente Executivo da GEMAS





Conselhos de Meio Ambiente e Sustentabilidade (COEMAS)

► NACIONAL

Brasília, 25/03/2015

A situação da água nas regiões Sul e Sudeste foi o tema central da reunião. Foi orientado que, durante essa escassez, deve-se manter a atenção em relação ao uso dos recursos hídricos independente do aumento do volume das chuvas. Foi enfatizado que o setor produtivo tem tratado com prioridade as políticas de incentivo ao uso eficiente da água. Dentre os convidados e palestrantes destacamos a participação de representantes da Secretaria do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) do Governo do Estado do Ceará e do Departamento de Competitividade Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).



Presidente dos COEMAS, Marcos Guerra, na abertura do Nacional em Brasília (25/3/2015).

Brasília, 25/05/2015

Durante reunião do Coema Nacional em Brasília foi debatida a desburocratização do licenciamento ambiental. O Projeto de Lei 3.729/2004, que trata desse assunto, foi defendido e colocado pela CNI como prioridade número um da agenda ambiental, para que seja votado com urgência. Foi falado sobre as normas gerais estabelecidas pela União,



onde a CNI enfatiza que é preciso dar mais autonomia para que os Estados estabeleçam regras e processos adequados à realidade de cada região. Especialistas criticaram a legislação atual evidenciando que o sistema vigente não agrada a empresários ou a ambientalistas. A CNI já enviou propostas para aperfeiçoamento do licenciamento ambiental em 2014, durante evento com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeria, em Ouro Preto (MG). A política de responsabilidade socioambiental para as instituições financeiras contou com a presença de convidados do Banco Central.

Conselheiros na reunião do COEMA Nacional, em Brasília (25/5/2015).



Participe da 4ª edição do CNI Sustentabilidade, no dia 3 de setembro de 2015 no Rio de Janeiro.

Para mais informações e inscrição acesse:

www.portaldaindustria.com.br/cni/canal/cnisustentabilidade-home/





► SUL e SUDESTE

FIESP (São Paulo, 28/04/2015)

Política e responsabilidade socioambiental foram os principais assuntos debatidos na capital paulista. Representantes da indústria brasileira e do setor financeiro debateram a política de responsabilidade socioambiental para as instituições financeiras. A CNI convidou o assessor do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central, Antônio Marcos Guimarães, a superintendente de Sustentabilidade do Banco Santander, Linda Murasawa e o diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), que apresentaram a visão de suas entidades e responderam as questões levantadas pelos debatedores da FIESP, André Saraiva, diretor de Sustentabilidade da Associação Brasileira da Indústria de Elétricos e Eletrônicos (Abinee) e João Redondo, gerente de Sustentabilidade da Duratex. O maior empreendimento para a produção de água de reuso industrial da América do Sul, o Aquapolo, recebeu a visita técnica dos conselheiros. O projeto Aquapolo está apto a produzir 1.000 litros/segundo de água de reuso, utilizando os mais avançados e complexos processos tecnológicos existentes. A cada litro de água produzida em suas instalações, outro litro de água potável é economizado.



► NORDESTE

FIERN (Natal, 20/03/2015)

O potencial de fontes de energia alternativa na região Nordeste pautou a discussão na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte. Apresentações sobre o panorama do setor elétrico, ambiente energético global e nacional, energia eólica e fotovoltaica incentivaram os debates. A atenção para um novo mercado que poderá dar sustentação à matriz energética com a viabilização de uma indústria de gás no Nordeste ganhou destaque. Quanto à questão energética no País, a CNI defende que há necessidade de dialogar com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para melhorar o sistema elétrico brasileiro. As soluções são múltiplas. Nenhuma fonte sozinha resolverá os problemas de geração de energia, mas é preciso melhorar a gestão do setor público e o planejamento energético a longo prazo. Em 19 de março, foi realizada a visita técnica ao Parque Eólico da CPFL, em João Câmara (RN). A operação comercial do parque eólico Morro dos Ventos II, da empresa CPFL Renováveis S/A, colocou em funcionamento 18 aerogeradores, somando a produção de 29,1 megawatts. Com o novo parque, o estado chegou a 2,02 gigawatts de potência instalada.





FIEPI (Teresina, 29 de maio de 2015)

A pauta principal da reunião foi a escassez hídrica no Nordeste. A CNI ressaltou a importância de apresentar tecnologias para a indústria e alternativas inovadoras para o aproveitamento da água no enfrentamento de secas extremas. O levantamento realizado pela CNI sobre os representantes da indústria nos diversos comitês de bacia hidrográfica no País é uma iniciativa proativa da entidade para manter o setor industrial alinhado com os temas em debate nos comitês. No dia anterior à reunião

os conselheiros visitaram a empresa SOCIMOL, responsável pela fábrica de colchão ONIX. A SOCIMOL está sediada em Teresina e atende a todo o Brasil e MERCOSUL, destacando-se por processos sustentáveis como reuso de materiais e programas de racionamento de água e energia.



Grupo do COEMA Nordeste durante visita técnica à fábrica da SOCIMOL em Teresina.

► CENTRO-NORTE

FIEAC (Rio Branco, 12/03/2015)

Areunião abordou assuntos como sequestro de carbono, efeito estufa, mudanças climáticas e mecanismos de mercado. Esses temas são considerados atuais e urgentes por fazerem parte da atual rotina da população e setor industrial local. Os convidados apresentaram palestras sobre a implementação da política de baixa emissão de gases de efeito estufa (GEEs) no Acre; estratégia de desenvolvimento

baseada na floresta e na baixa emissão de GEEs e a apresentação do estudo "Avaliação do Potencial Energético das Indústrias de Base Florestal da Amazônia". Visita técnica: Complexo Industrial do Peixe em Rio Branco (13/03/2015).



Vista aérea do complexo industrial do peixe em Rio Branco.



FIEMS (Campo Grande, 07/05/2015)

A necessidade de avançar nas questões relativas à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi o destaque do dia de reunião. A logística reversa é o processo de retorno de produtos, embalagens ou materiais para os locais de origem, envolvendo todos os atores do processo produtivo, segundo o que está previsto na PNRS. O secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do Mato Grosso do Sul, Jaime Verruck, afirmou que a intenção do estado e do setor produtivo ao debater o tema é encontrar um caminho para atender a todos. Foi apresentado o documento de Posicionamento da Indústria para a COP 21, o processo de elaboração e pontos de discussão. Visita técnica: frigorífico JBS em Campo Grande (08/05/2015).

Água reúne mais de 100 países na Coreia do Sul

Aconteceu na Coreia do Sul, entre 12 e 17 de abril de 2015, o 7º Fórum Mundial da Água que contou com a participação da indústria brasileira. Com o objetivo de identificar exemplos bem-sucedidos de reuso da água, os especialistas da CNI pretendiam firmar parcerias com empresas e entidades sul-coreanas com modelos destacados de gestão hídrica. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e o instituto de tecnologia e pesquisa do governo coreano Korean Evaluation Institute of Industrial Technology (KEIT) fizeram um acordo onde somarão esforços para incluir o setor industrial na parceria que a empresa está estruturando com o Governo do Estado de Minas Gerais.

As propostas financiadas pela KEIT têm como foco o avanço de equipamentos de monitora-

mento remoto da qualidade das águas, além de técnicas e tecnologias para aumentar a eficiência energética e redução dos custos de operação e manutenção dos sistemas de tratamento de águas e efluentes.

Na capital coreana, a CNI também visitou a Universidade de Seul para conhecer quatro projetos de inovação nas áreas de recursos hídricos e meio ambiente, além de conhecer o projeto 4 Rivers e a iniciativa de revitalização do canal Cheonggyecheon, que contribuiu para a recuperação das águas, demolindo a autopista e criando um parque urbano com 8 km de extensão. A visita encerrou-se com o acompanhamento dos debates políticos e as palestras técnicas realizadas durante os cinco dias do fórum mundial da água em Daegu.







NOTAS

- O presidente do COEMA da CNI e da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES), Marcos Guerra, reuniu-se, no dia 2 de março, com o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, para discutir a crise hídrica no Sudeste e viabilizar o debate entre técnicos e especialistas das entidades industriais com o poder público. Marcos Guerra defende o uso mais eficiente e racional da água e crítica o gasto de 18 litros de água para cada descarga sanitária, propondo um modelo mais moderno que usa apenas um terço desse volume de cada vez.
- Houve em 10 de março, a 1ª reunião da Rede de Resíduos da CNI. As dificuldades do governo federal na implementação das propostas de regulamentação da PNRS, dentre elas as desenvolvidas pela Rede, encaminhadas pela CNI como propostas para os planos de gerenciamento e desoneração das cadeias de reciclagem e da logística reversa, dominaram a pauta do dia. A CNI entende que existe a possibilidade de mudança de estratégia para viabilizar a implementação da PNRS, principalmente utilizando o legislativo.
- Durante a abertura do seminário internacional Gestão da Água em Situações de Escassez, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o apoio da CNI, em 23 de abril, o vice-presidente da CNI e presidente do COEMA da entidade, Marcos Guerra, defendeu que o governo, a sociedade e o setor privado se unam para enfrentar a situação de desabastecimento de água que atinge as regiões Sudeste e Nordeste do país. O evento reuniu especialistas em recursos hídricos do Brasil e de outros nove países, que apresentam casos de sucesso em relação ao uso da água.
 - A CNI participou de seminário promovido pelo jornal Valor Econômico, O Futuro da Água no Brasil, em 9 de junho, em São Paulo. Na ocasião, o gerente-executivo da Gemas, Shelley Carneiro, afirmou que o grande desafio da indústria em relação aos recursos hídricos é produzir mais com uma quantidade menor de água. Ele ainda destacou que o crescimento da população mundial, até 2050, irá concentrar-se nos centros urbanos dos países em desenvolvimento, como o Brasil, causando uma crescente demanda por água e alimentos.
 - O GT Clima coordenado pela Gemas foi formado por integrantes com amplo know how no tema Clima e Indústria e que representam associações setoriais, federações de indústria, entidades comerciais, academia e institutos, além de áreas técnicas da CNI como a Gemas (Meio Ambiente & Sustentabilidade), Coal (Assuntos Legislativos), Negint (Negociações Internacionais), Coex (Relacionamento com o Poder Executivo) e Infra (Infraestrutura).
- O Barômetro da Biodiversidade, criado em 2009 pela União pelo Biocomércio Ético /UEBT* acaba de lançar os resultados de uma pesquisa sobre a crescente conscientização mundial em relação à biodiversidade. A pesquisa apontou que desde a criação do Barômetro da Biodiversidade a conscientização aumentou de 56% para 64% na Alemanha, França, Reino Unido e Estados Unidos. Um dos indicadores da pesquisa mostra a expectativa de jovens consumidores quanto ao respeito das empresas pela biodiversidade nas cadeias de fornecedores e a tímida inserção do tema nos relatórios das companhias. Em 2015, apenas 36% das 100 empresas líderes mundiais no setor de beleza e 60% das companhias de alimentos mencionaram em seus relatórios ou websites a palavra: biodiversidade. "Para aumentar a confiança do público é preciso investir numa comunicação direta e voltada para as necessidades do consumidor "afirma Rik Kutsch Lojenga, Diretor Executivo da UEBT.



Shelley Carneiro faz apresentação em seminário do Valor Econômico. (Foto:Claudio Roberto/ HIRIA)

*UEBT- Union for Ethical Bio Trade é uma associação sem fins lucrativos formada por diversas empresas e entidades (www.uebt.org)





PEGADAS SUSTENTÁVEIS

FIETO

A Federação das Indústrias do Estado de Tocantins realizou, em 12 de março, o ciclo de Seminários de Gestão Empresarial Estratégica e Responsabilidade Social com a apresentação de cases de sucesso. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) apoiou a iniciativa. A CBIC reconhece que, apesar da atual crise que o país está atravessando, a indústria desse setor possui um importante papel no desenvolvimento. O seminário contribuiu para internalizar valores e práticas na gestão das empresas e inspirar líderes na gestão da responsabilidade social empresarial.

FIBRA

Como Prevenir Problemas Ambientais é o título da palestra realizada no dia 19 de março, na Federação das Indústrias do Distrito Federal. A ação integra o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA) da CNI, com destaque para o licenciamento ambiental. O encontro atualizou empresários e sindicatos sobre as principais normas e novos procedimentos da legislação ambiental local e federal.

FIEPE

Desde 2010, a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco realiza o Seminário de Sustentabilidade Ambiental com o intuito de disseminar e debater ações de sustentabilidade para empresas e instituições. Na edição deste ano, em 28 de abril, foram apresentados os desafios encarados pelo mundo empresarial quando incorporados os aspectos socioambientais. O seminário abordou o tema 'Economia Verde e a Indústria', com o objetivo de promover, por meio de conceitos, princípios e práticas testadas no mercado, os eixos sustentabilidade e responsabilidade social.

FIRJAN

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro realizou, em 29 de abril, o seminário internacional sobre alternativas para o gerenciamento de recursos hídricos. O evento contou com a participação da especialista norte-americana, Paula Kehoe, apresentando a experiência da cidade de São Francisco. A Califórnia sofre há quatro anos uma seca sem previsão de término. Especialista da CNI no tema participou da mesa de debates juntamente com representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e pesquisador da COPPE/UFRJ. O seminário foi uma realização da assessoria de Responsabilidade Social e da Gerência de Meio Ambiente da FIRJAN, em parceria com o Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro.

FIFP

Durante a reunião do Conselho Temático de Meio Ambiente da Federação de Indústrias do Estado do Paraná foi oficializado, em 30 de abril, o termo de adesão com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado sobre o Programa Voluntário ao Registro Público de Emissões de Gases de Efeito Estufa. A iniciativa visa estimular as indústrias paranaenses a adotarem de forma voluntária, práticas e métodos para uma economia de baixo carbono. Para reconhecer o esforço das empresas foi criado o Selo Bronze com validade de um ano e outorgado pelas próprias empresas.

FIES

Crise de água e de energia foi o principal assunto abordado no evento Crise Hídrica – impactos e consequências para a Indústria Nordestina e Sociedade Civil, que aconteceu no dia 7 de abril na Federação das Indústrias do Estado de Sergipe. Especialistas avaliaram implicações, alternativas e soluções desta situação, a partir da análise do cenário da indústria e sociedade Nordestina diante da situação de abastecimento.

FIEB

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia lançou, em 4 de maio, a 2ª edição do documento Obrigações Legais Ambientais, que inclui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), informações sobre o Cadastro Estadual de Atividades Potencialmente Degradantes (CEAPD) e apresentação do Ato Declaratório Ambiental (ADA). A publicação pretende contribuir para que os empresários possam exercer suas atribuições em conformidade com a legislação vigente.





Conama

As seguintes pautas estão em discussão no Conama e serão discutidas nas próximas reuniões ordinárias, em 19 e 20 de agosto de 2015:

Proposta de Resolução sobre utilização de produtos/processos para recuperação de ambientes hídricos

A proposta pretende disciplinar sobre o controle da utilização de produtos ou processos na recuperação de ambientes hídricos para controle de organismos invasores, espécies exóticas e desequilíbrios decorrentes da ação humana ou mesmo natural. O texto aprovado na CTQAGR e CTAJ foi retirado de pauta na última reunião plenária (18/03) por pressão de ONGs e por divergências dentro do próprio governo. A resolução é importante para disciplinar o uso e as ações no combate às espécies invasoras em ambientes hídricos ou organismos que o afetem, como o mexilhão dourado, aguapés, algas, dentre outros, e afeta principalmente empresas do setor de geração hidrelétrica e da área de saneamento. O texto apresentado tem o apoio do setor empresarial, do MMA, IBAMA e órgãos de meio ambiente estaduais.

Revisão da Resolução 307/2002 – Resíduos de Tintas

A resolução 307/2002 que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil classifica resíduos de tintas como perigosos. A Abrafati, Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, apresentou pedido de alteração da resolução. Estudos demonstram que as embalagens vazias de tintas usadas na construção civil não são perigosas. A proposta de alteração sofreu pedido de vistas na 117ª Reunião Ordinária do Conama em 18 de março, em Brasília, e sofre forte oposição das ONGs. A revisão é necessária para permitir que o setor de tintas realize a logística reversa das embalagens vazias através do Acordo Setorial de embalagens, contidas na fração seca do lixo doméstico para resíduos não perigosos, atualmente em negociação com o governo federal.

